

Oxamento

Moreira espera que contenção não deixe o Rio sem recursos

Todo o noticiário e discussão em torno da Operação Desmonte ainda não foi suficiente para assustar o governo do Rio de Janeiro. Com uma única exceção — o secretário da Agricultura, Élcio Costa Couto, justamente o irmão do chefe do Gabinete Civil de Presidência da República, Ronaldo Costa Couto — o secretariado do governo Moreira Franco não temem grandes cortes federais. A expectativa é de que o enxugamento que vem sendo preparado em Brasília atinja mais as próprias gorduras do governo federal e as famosas verbas a fundo perdido.

As autoridades do Rio só deverão se assustar caso mexam com os recursos de instituições federais com a Caixa Econômica e o BNDES, que financiam grandes programas, como saneamento, habitação e o metrô. É com estes recursos que eles contam no ano que vem, depois de todo o jejum provocado em 1988, primeiro pela briga entre o governador Moreira Franco e o Palácio do Planalto em torno dos cinco anos de mandato, e agora pelo impedimento da famigerada resolução 1469 do Conselho Monetário Nacional, que congelou os empréstimos aos governos estaduais a nível de dezembro de 1987.

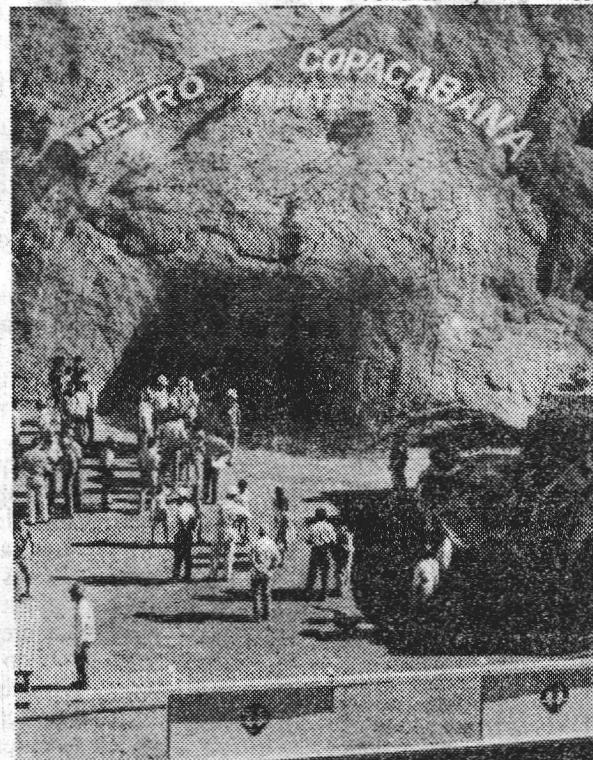
A participação dos chamados recursos a fundo perdido — verbas que saem de instituições como a LBA e o Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Ministério do Trabalho — significam muito pouco no orçamento do estado: não mais do que 2%. Isto chega a ser desprezível. Mas o governo fluminense, mesmo antes da posse de Moreira Franco, estava de olho nos financiamentos a longo prazo. Foi pensando nisto, por exemplo, que Moreira Franco tratou de levar para o BNDES o tesoureiro de sua campanha e seu amigo pessoal, Márcio Fortes.

Enquanto a Operação Desmonte não ameaçar estas verbas, o governo do Rio fica tranquilo e continua tentando contabilizar o ganho que terá com a reforma tributária. Sabe-se, por alto, que a receita — atualmente em torno de Cz\$ 30 bilhões mensais — deverá crescer alguma coisa entre 17% e 23%.

Resolução 1469 — O medo do Rio é a resolução 1469 que hoje impede, por exemplo, que o BNDES repasse para o estado os US\$ 700 milhões necessários para as obras de extensão do metrô a Copacabana. A mesma resolução é que ameaça secar as torneiras da Caixa Econômica, por onde, apesar das divergências políticas ocorridas, escoaram neste ano e meio de governo Moreira nada menos do que 38,3 milhões de OTNs (quase Cz\$ 76 bilhões) para programas de saneamento e habitação popular.

Retirando-se estes grandes financiamentos, as secretarias estaduais do Rio contaram com ajudas pequenas. As exceções

Fernanda Mayrink — 4/7/88



BNDES é garantia da extensão do Metrô

ficam nas áreas da Saúde, Educação e Agricultura. A Saúde conta com o repasse do Ministério da Previdência Social, através do Sistema Unificado de Descentralização da Saúde — SUDS. Em 1988, estes repasses deverão totalizar Cz\$ 102 bilhões.

Já a Agricultura, segundo Élcio Costa Couto, contou com Cz\$ 557 milhões para programas como Pró-varzea, microbacias hidrográficas e programas de mecanização, além de outros Cz\$ 250 milhões de repasses da Embrater para o Pressago e a Emater. Mas o medo de Costa Couto está justamente na ameaça de extinção da Embrater que, segundo as previsões, em 1989 deveria repassar ao Rio Cz\$ 890 milhões, o que significaria 35% do orçamento da secretaria.